



**Autora**  
Sarah Maria Linhares de Araújo Paes de Souza

# **POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL**

**Área específica**  
Direito Tributário.

A presente obra visa trabalhar com o direito tributário sob o viés de um novo paradigma: o meio ambiente. Na Europa, a reforma da sustentabilidade, para a introdução dos tributos ecológicos ou dos tributos com elementos ecológicos, iniciou-se na década de noventa do século passado; no Brasil, ela ainda é muito incipiente. O texto traz uma reflexão de como o direito tributário pode influenciar na adoção de comportamentos sustentáveis e escolhe, ao final, a água como recurso natural para se pensar a introdução de novas políticas públicas. Como o Brasil é o maior detentor das reservas de águas potáveis do mundo, tal preocupação não poderia passar despercebida, cabendo acrescentar que o nosso país também é o maior detentor de riqueza em termos de biodiversidade de fauna e flora. O texto é fundamental para a abertura de novos horizontes no direito tributário.

**Áreas afins**  
Direito Ambiental.

**Público-alvo/consumidores**  
Estudantes de pós-graduação que tenham interesse no estudo interdisciplinar entre o Direito Tributário e Direito Ambiental.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm  
**CÓDIGO:** 10001262

S719p

Souza, Sarah Maria Linhares de Araújo Paes de

Políticas públicas na tributação ambiental: instrumentos para o desenvolvimento da sociedade / Sarah Maria Linhares de Araújo Paes de Souza.– Belo Horizonte: Fórum, 2017.

331 p.

ISBN: 978-85-450-0412-7

1. Direito Tributário. 2. Direito Ambiental. I. Título.

CDD 341.39

CDU 336.2

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SOUZA, Sarah Maria Linhares de Araújo Paes de. Políticas públicas na tributação ambiental: instrumentos para o desenvolvimento da sociedade. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 331 p. ISBN 978-85-450-0412-7.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO

**María Jesús García-Torres Fernández** .....15

INTRODUÇÃO ..... 19

### PARTE I

#### MOMENTO PRÉ-JURÍDICO: POLÍTICAS PÚBLICAS NO DIREITO TRIBUTÁRIO AMBIENTAL

##### CAPÍTULO 1

A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL COMO UM NOVO  
PARADIGMA PARA O DIREITO TRIBUTÁRIO ..... 29

1.1 O problema do direito tributário como instrumento indutor de condutas e o meio ambiente ..... 29

1.2 As normas tributárias indutoras ..... 37

1.3 O papel da democracia na elaboração de políticas públicas tributárias ambientais ..... 43

1.4 A lógica do capitalismo e o meio ambiente ..... 52

1.5 A ética como fundamento da relação entre economia e direito tributário..... 61

1.6 A economia da natureza..... 67

1.7 A interdisciplinaridade do tema ambiental e o fenômeno tributário..... 70

##### CAPÍTULO 2

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL  
77

2.1 Políticas públicas para o desenvolvimento social..... 77

2.2 A responsabilidade do planejamento e o planejamento factível..... 83

2.3 O meio ambiente e as políticas públicas ..... 91

2.4 Exemplos de políticas públicas europeias e possíveis modelos para o Brasil ..... 92

2.5 A tributação ecológica e a concorrência ..... 98

PARTE II  
MOMENTO JURÍDICO: DOS PRINCÍPIOS  
E DOS TRIBUTOS ECOLÓGICOS

CAPÍTULO 1	
PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL .....	103
1.1 Aspectos gerais .....	103
1.2 Postulados normativos .....	107
1.3 Princípio da sustentabilidade .....	109
1.4 Princípio do usuário-pagador e do poluidor-pagador .....	112
1.5 Princípio da precaução .....	118
1.6 Princípio da prevenção .....	122
CAPÍTULO 2	
PRINCÍPIOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO .....	125
2.1 Introdução .....	125
2.2 Princípio da legalidade .....	126
2.3 Princípio da igualdade tributária .....	128
2.4 Princípio da capacidade contributiva .....	131
2.4.1 Extrafiscalidade .....	131
2.4.2 Princípio da capacidade contributiva .....	137
2.4.3 Princípio da capacidade contributiva e as taxas .....	153
2.5 Princípio da progressividade .....	156
2.6 Princípio da solidariedade .....	158
CAPÍTULO 3	
O TRIBUTO ECOLÓGICO .....	161
3.1 Para entender a tributação ambiental: as externalidades negativas e a sua internalização .....	161
3.2 A doutrina brasileira e a necessidade de compreensão de que o tributo relativo ao dano ambiental não é sanção .....	166
3.3 A extrafiscalidade ambiental .....	169
3.4 Espécies de tributo ecológico .....	173
3.5 Considerações sobre o tributo ecológico .....	177
CAPÍTULO 4	
O IMPOSTO ECOLÓGICO .....	185
4.1 Considerações gerais .....	185
4.2 Hipótese de incidência dos impostos ecológicos – uma questão delica- da .....	189
4.3 Consequente normativo .....	192
4.3.1 Introdução .....	192
4.3.2 Critério quantitativo – a base de cálculo .....	192
4.3.3 Critério pessoal – o sujeito passivo .....	195
4.4 Um caso concreto .....	197
4.4.1 Imposto sobre as emissões de CO <sub>2</sub> .....	197
4.4.2 O imposto sistêmico .....	201
CAPÍTULO 5	
A TAXA ECOLÓGICA .....	205
5.1 Considerações gerais .....	205
5.2 Hipótese de incidência das taxas ecológicas .....	208
5.3 Consequente normativo .....	211
5.3.1 Critério quantitativo .....	211
5.3.2 Critério pessoal .....	213
CAPÍTULO 6	
A CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA ECOLÓGICA .....	215
6.1 Considerações gerais .....	215
6.2 Hipótese de incidência da contribuição de melhoria ecológica .....	216
6.3 Consequente normativo .....	217
6.3.1 Critério quantitativo .....	217
6.3.2 Critério pessoal .....	218
CAPÍTULO 7	
ELEMENTOS TRIBUTÁRIOS ECOLÓGICOS .....	221
7.1 Observações gerais .....	221
7.2 ICMS ecológico .....	222

7.3	Desoneração no IPVA .....	226
7.4	O IPI e o Inovar-Auto.....	227

### PARTE III

## A SÍNTESE DOS MOMENTOS PRÉ-JURÍDICO E JURÍDICO: A QUESTÃO DA ÁGUA NO BRASIL – UMA ANÁLISE SOB A VISÃO FINANCEIRA E TRIBUTÁRIA

### CAPÍTULO 1

#### ÁGUA: FONTE DE VIDA E NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....

1.1	Aspectos gerais .....	231
1.2	O valor econômico da água.....	239
1.3	Água e saneamento básico.....	244
1.4	Gestão da água.....	246
1.5	O viés administrativo e tributário na gestão da água .....	248

### CAPÍTULO 2

#### TRIBUTAÇÃO DA ÁGUA.....

2.1	Aspectos iniciais .....	257
2.2	Taxa sobre a contaminação permitida em águas .....	260
2.2.1	Analogia ao “ <i>canon de vertidos</i> ” .....	260
2.2.2	Realidade brasileira.....	261
2.3	Taxa sobre a prestação de serviço público de fornecimento de águas.....	267
2.3.1	Aspectos gerais .....	267
2.3.2	Aspectos tributários .....	269
2.4	Contribuição da água.....	272

### CAPÍTULO 3

#### POLÍTICA FISCAL DE REUTILIZAÇÃO DE ÁGUA .....

3.1	O que seria? .....	277
3.2	Mecanismos econômico-financeiros para a água reutilizada .....	283
3.2.1	Taxa sobre o serviço público de limpeza de águas.....	284
3.2.2	Incentivos tributários sobre a atividade de reúso.....	285

### CAPÍTULO 4

#### UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO .....

4.1	Aspectos iniciais .....	287
4.2	Planejamento centralizado e organizado .....	293
4.3	Mecanismos econômico-financeiros para a universalização e melhoria do sistema.....	298
4.3.1	Introdução .....	298
4.3.2	Destinação específica do orçamento público ou concessão de exonera- ção fiscal.....	299
4.3.3	O caso do ICMS ecológico de Minas Gerais .....	302
4.3.4	Contribuição de melhoria ecológica .....	303

#### CONCLUSÕES .....

#### PARTE I – MOMENTO PRÉ-JURÍDICO: POLÍTICAS PÚBLICAS NO DIREITO TRIBUTÁRIO AMBIENTAL .....

#### PARTE II – MOMENTO JURÍDICO: DOS PRINCÍPIOS E DOS TRIBUTOS ECOLÓGICOS.....

#### PARTE III – A SÍNTESE DOS MOMENTOS PRÉ-JURÍDICO E JURÍDICO:

#### A QUESTÃO DA ÁGUA NO BRASIL – UMA ANÁLISE SOB OS VIESES FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO .....

#### REFERÊNCIAS.....